



Arquivo

Delfim coordenará a discussão do orçamento no Palácio

Delfim determina que em 84 haja mais austeridade

**Da sucursal de
BRASÍLIA**

Um orçamento essencialmente austero para 1984 foi a determinação que o ministro do Planejamento, Delfim Netto, transmitiu à Secretaria de Orçamento e Finanças — SOF —, órgão da Seplan encarregado de “fechar” as contas orçamentárias a partir de propostas encaminhadas pelos diversos ministérios e entidades da administração indireta que participam de recursos do orçamento fiscal. Para tanto, a projeção da receita — igual à despesa — foi de Cr\$ 20,0 trilhões, ou seja, mais de Cr\$ 9,0 trilhões sobre a arrecadação estimada para o corrente exercício, e a taxa inflacionária utilizada como referência, 70%.

Dos Cr\$ 20,0 trilhões estimados para a receita orçamentária no próximo ano, Cr\$ 5,00 trilhões deverão ser “esterilizados” para posterior transferência aos orçamentos monetário e das empresas estatais. Em 27 de dezembro do ano passado, por meio do Decreto-Lei nº 1.981, foi determinada uma contenção de 12% nas despesas orçamentárias do corrente exercício, cuja utilização foi vinculada ao reforço de dotações destinadas a pessoal e encargos sociais. Na última quinta-feira, através de projeto de lei enviado ao Congresso, dispondo sobre a abertura de créditos suplementares ao orçamento da União, à conta de recursos provenientes do excesso de arrecadação de receitas ordinárias do Tesouro, o governo ampliou a utilização dos recursos esterilizados para a cobertura de compromissos de responsabilidade do Tesouro junto à autoridade monetária, ou seja, transferências do orçamento fiscal para o orçamento monetário.

Segundo os técnicos da SOF, este ano será mais fácil a discussão, pois o governo, na sua totalidade, parece consciente da necessidade de imprimir mais austeridade aos gastos públicos. Além disso, com a presença de uma delegação do FMI insistindo em reduções de despesas, os reivindicantes tornam-se mais compreensíveis ante os argumentos dos elaboradores da peça orçamentária.

De acordo com a orientação tra-

çada pelo presidente da República, na fixação da despesa orçamentária para 1984, será dada ênfase à alocação de recursos destinados aos setores social e de desenvolvimento regional, para os quais serão reservados mais de Cr\$ 4,0 trilhões, correspondentes a 25% de toda a receita orçamentária.

PROCESSO

Desde a última quarta-feira, os técnicos da SOF estão reunindo-se com o secretário-geral da Seplan, José Flávio Pecora, visando à elaboração da proposta orçamentária para o próximo ano, que deverá ser enviada à apreciação do Congresso, na forma constitucional, até o próximo dia 31.

Numa primeira etapa, os técnicos tentam compatibilizar as propostas de orçamento encaminhadas à SOF, a partir de julho, por todos os Ministérios e órgãos da administração indireta, com os limites de dispêndios estabelecidos pela Seplan, em função das disponibilidades de receita. Esse trabalho é feito sem a participação das entidades diretamente interessadas.

Uma segunda etapa consiste na discussão final dos números, já com a presença dos interessados. Trata-se de um debate que envolve também uma apreciação dos programas de governo, da ênfase dada a cada um deles, e uma análise das limitações impostas aos gastos orçamentários, em função de compromissos assumidos com o programa de ajustamento negociado com o Fundo Monetário Internacional — FMI. Terminada essa rodada de negociações, a proposta orçamentária estará praticamente fechada, iniciando-se, a partir daí, sua discussão a nível de Palácio do Planalto, por intermédio do ministro Delfim Netto.

No âmbito da Presidência da República, normalmente a disputa por verbas continua, com os ministros que não conseguiram obter todos os recursos de que necessitavam — quando das discussões na Seplan — apelando diretamente ao presidente da República. Uma última alteração é, então, feita na proposta orçamentária, que, depois disso, é enviada pelo Planalto ao Congresso.